

MODELO 1

Movimento Associativo Plano Anual de Desenvolvimento



Identificação			
Nome da Associação	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 76		
Morada	Rua de São Sebastião, nº 10, 2860-487 Moita		
Número Telefone	934375007		
Endereço eletrónico			
Responsável a contactar	Filipe Miguel Patrício da Conceição Cabrita	Cargo	Chefe de Agrupamento

1. Objeto do Plano Anual de Desenvolvimento

Atividades Regulares	Área ou Valências	Descrição	Escalão Falxa Etária	N.º Individuos	M	F	Quota suplementar S/N
<input checked="" type="checkbox"/> Formação	Escutismo	Atividades das Secções Acampamentos Acantonamentos	< 6	130			Não
<input type="checkbox"/> Grupo artístico-cultural							
<input type="checkbox"/> Intervenção Social							
<input type="checkbox"/> Outros							

Ações Relevantes

- Acampamentos e acantonamentos do Agrupamento 76 das 4 secções: lobitos, exploradores, pioneiros, caminheiros.
- Organização do recinto de estacionamento durante as Festas Populares da Moita em Honra da N^a Sr^a Boaviagem

Objetivos das atividades/ou ações

Escutismo: O Movimento Escutista tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento dos jovens ajudando-os a realizarem-se plenamente no que respeita às suas possibilidades físicas, intelectuais, sociais e espirituais, quer como pessoas, quer como cidadãos responsáveis e quer, ainda, como membros das comunidades locais, nacionais ou internacionais. Tem programas de atividades variados, progressivos e estimulantes, baseados nos interesses dos participantes, incluindo jogos, técnicas úteis, e a realização de serviços à comunidade; estas atividades desenrolam-se, principalmente ao ar livre, em contacto com a natureza.

O método escutista é um sistema de auto-educação progressiva, baseado em: - Uma Promessa e uma Lei; - Uma educação pela ação; - Uma vida em pequenos grupos (por exemplo a patrulha), envolvendo, com o auxílio e o conselho de adultos, a descoberta e a aceitação progressiva das responsabilidades pelos jovens e uma preparação para a autonomia com vista ao desenvolvimento do carácter, à aquisição de competências, à confiança em si, ao serviço dos outros e à capacidade quer de cooperar, quer de dirigir.

Acampamentos e acantonamentos do Agrupamento 76: Têm como objetivo a formação integral do jovem nas 6 áreas: física, afetiva, cultural, espiritual, intelectual e social. Nestas atividades são desenvolvidas as seis áreas de forma dinâmica e progressiva.

Atividades da Secções: baseado nos objetivos do escutismo e do seu método as atividades das secções programadas ao longo do tempo com base na progressão do desenvolvimento dos jovens em concreto e na decisão de cada grupo de jovens.

Organização do recinto de estacionamento durante as Festas Populares da Moita em Honra da N^a Sr^a Boaviagem: permitir que os milhares de pessoas que visitam as Festas de carro possam ter um estacionamento adequado no recinto do Mercado da Moita, servindo ao mesmo tempo para a angariação de fundos. Esta atividade realiza-se de

MODELO 1

Movimento Associativo Plano Anual de Desenvolvimento



	Desportivos	Atletas		Federados	Sem espaço desportivo	Com espaço descoberto	Com espaço coberto

Data

P' Direção



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do Movimento Associativo como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substituiu a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, bem como, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular reconhecendo-o como parceiro privilegiado na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica associativa, no respeito pela sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

De acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado ainda com o regime jurídico previsto e regulado no Decreto-Lei nº 273/2009 de 1/10,

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo entre:

1. O Município da Moita, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 506791220, com sede na Praça da República, 2860 Moita, representando neste ato pelo Presidente da Câmara Rui Manuel Marques Garcia nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por **Primeiro Outorgante**, e

2. Corpo Nacional de Escutas, associação sem fins lucrativos de utilidade pública, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 500972052, tendo por estrutura local, o



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

Agrupamento 76 – Moita, constituído em 06 de Setembro de 1959, com sede na rua de São Sebastião, nº 10, 2860-487 Moita, representado neste ato pelo Chefe de Agrupamento, Filipe Miguel Patrício da Conceição Cabrita, doravante designado como **Segundo Outorgante**;

e que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato-Programa)

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio logístico e cedência de instalações destinado à execução do programa anual de desenvolvimento cultural, em anexo, apresentado pelo Segundo Outorgante à Câmara Municipal da Moita, enumerado na seguinte vertente:

- a) Escutismo.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Apoio Logístico e Cedências)

O apoio logístico e a cedência de instalações referidos na cláusula primeira destinam-se a apoiar a execução da vertente do programa anual de desenvolvimento cultural com os seguintes meios, mediante disponibilidade dos serviços:

- a) Acampamentos e acantonamentos do Agrupamento 76 / Atividades das Secções:
 - i) Cedência de autocarros mediante disponibilidade;
 - ii) Cedência de viaturas para transporte materiais.
- b) Atividades das Secções:
 - i) Cedência de utilização de Instalações e material diverso.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se a cumprir o presente contrato-programa nas seguintes condições:

- a) Assegurar o apoio logístico e a cedência de instalações definidos na cláusula terceira;
- b) Verificar a execução do programa anual de desenvolvimento cultural que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e monitorização da sua execução, nos termos do disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro.

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa anual de desenvolvimento cultural anexo a este contrato;



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar todas as participações financeiras e apoios logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa anual de desenvolvimento cultural objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato o Primeiro Outorgante de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar todas as informações ou apresentar documentos solicitados pelo Primeiro Outorgante que respeitem à execução do presente contrato;
- f) Elaborar e enviar ao Primeiro Outorgante, no prazo de dois meses após o final do período de execução mencionado na cláusula quinta, um relatório final sobre a execução do contrato-programa (até o final do mês de Fevereiro de 2018);
- g) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- h) Referenciar, em todos os materiais gráficos editados e/ou outras formas de divulgação e promoção das atividades e ações, o apoio da Câmara Municipal da Moita.
- i) Participar, se possível e de forma organizada, em atividades e ações promovidas pelo e com Município, respeitando na sua participação o Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, nomeadamente no seu artigo 8, números 1 e 3.

CLÁUSULA QUINTA

(Vigência do Contrato-Programa)

1. Sem prejuízo de eventual revisão por acordo das partes contratantes, o período de vigência do presente contrato-programa tem início imediatamente a seguir à deliberação da Câmara Municipal e após assinatura de ambas as partes, e cessa a sua vigência a 31 de Dezembro de 2017.
2. O presente contrato acolhe quaisquer protocolos ou parcerias em vigor, relativamente a projetos sociais, recreativos ou culturais, de forma a permitir uma maior adequação aos fins pretendidos.

CLÁUSULA SEXTA

(Revisão do contrato-programa)

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto, por acordo das partes, em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-Lei nº 273/2009 de 1 de Outubro.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa é fundamento de rescisão por parte do Primeiro Outorgante, produzindo efeitos imediatos, designadamente implicando, caso a participação financeira



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do programa, a restituição ao Primeiro Outorgante, os montantes não aplicados e a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações devidas pelo Segundo Outorgante pelo uso indevido e danos eventualmente causados ao Primeiro Outorgante.

2. A rescisão do presente Contrato-Programa pelo Primeiro Outorgante com fundamento em incumprimento de uma ou mais obrigações nele consagradas por parte do Segundo Outorgante é sancionado com o impedimento de atribuição por parte do Primeiro Outorgante de novo apoio financeiro ou não financeiro, durante o período que vier a ser estabelecido pelo órgão executivo.

CLÁUSULA OITAVA

(Cessação)

1. Os fundamentos de cessação da vigência do presente Contrato-Programa são:
 - a) Estar concluído o programa de desenvolvimento cultural que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável ao Segundo Outorgante, enquanto entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) O Primeiro Outorgante exercer o seu direito de resolver o contrato;
 - d) No prazo estipulado pelo Primeiro Outorgante não serem apresentados pelo Segundo Outorgante os documentos referidos no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Cultural, bem como a falta de consentimento expreso para a consulta da situação tributária, pelos serviços do Primeiro Outorgante, nos termos previstos do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 214/2007, de 19 de abril.
2. A cessação referida no número anterior efetua-se através de notificação dirigida às partes outorgantes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

CLÁUSULA NONA

(Disposições Finais)

1. O presente contrato-programa tem correspondência com o Programa de Intervenção Municipal para o Associativismo.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. O presente contrato-programa foi autorizado por deliberação da Câmara Municipal Moita de 20/12 de 2017 sobre a Proposta nº 45.
4. O encargo total estimado do presente contrato é de 500,00 € (quinhentos euros) em apoio logístico enquanto participação financeira indireta.
5. A tudo o que não esteja previsto no presente contrato-programa, aplica-se subsidiariamente, as disposições previstas no respetivo enquadramento legal.

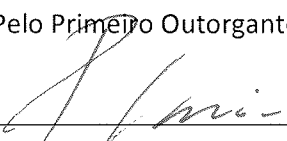


Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

Depois de lido em voz alta, os outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro e compreensível para todos os direitos e deveres de cada uma das partes e, como tal, vai ser assinado.

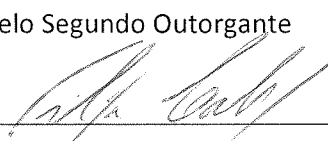
O presente contrato-programa é celebrado, em 29/12 de 2017 contendo 5 páginas e 2 (dois) exemplares ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante



Presidente da Câmara Municipal
da Moita

Pelo Segundo Outorgante



Chefe do Agrupamento 76
Moita - Corpo Nacional de
Escutas

